



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5810 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

"Cada criança aqui tem um problema": A definição dos alunos como vulneráveis
Taiana Valencio da Silva - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS
SINOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

“CADA CRIANÇA AQUI TEM UM PROBLEMA”:

A DEFINIÇÃO DOS ALUNOS COMO VULNERÁVEIS

Resumo: O presente texto objetiva apresentar uma abordagem sociológica acerca das relações entre educação e proteção, originada de uma investigação desenvolvida em um projeto social público. Na pesquisa, investigou-se o contexto e as relações de vulnerabilidade que caracterizam as crianças e adolescentes, na perspectiva dos profissionais atuantes no projeto. A ferramenta analítica utilizada para interpretação dos dados foi o conceito de vulnerabilidade, definida como contextual e relacional, baseado nos estudos de Danilo Martuccelli. Para esse artigo, assumimos como hipótese de trabalho que as transformações institucionais na atualidade caracterizam a sociedade e as relações de vulnerabilidade constituídas por fatores emergentes do contexto. Desse modo, configuram o público participante dos projetos e produzem discursos de proteção variados, mobilizado em torno dos atores.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Proteção Social. Educação. Projeto Social.

Introdução

Nas últimas décadas, observa-se múltiplas práticas educativas presentes nas relações sociais, onde o caráter pedagógico aparece explicitamente com objetivos de proteger crianças e adolescentes vulneráveis no espaço escolar e não escolar. Do ponto de vista teórico, as abordagens sociológicas recentes acentuam que as transformações institucionais (CANÁRIO, 2004; DUBET, 2005) na atualidade caracterizam a sociedade e as relações de vulnerabilidade constituídas por fatores emergentes do contexto, diversas instituições, de natureza pública e privada, passam a desenvolver tarefas direcionadas as questões educativas em intersecção com causas sociais de diferentes ordens, por outro lado, os riscos emergem como acontecimentos que exigem soluções políticas.

No entanto, observa-se que essas soluções têm caráter focalizado e condicionam a vida das pessoas, reproduzindo desigualdades quanto aos riscos. Entretanto, nos grupos mais

vulneráveis, gerir os riscos torna-se uma “obrigação”, pelas fortes implicações causadas na vida desses indivíduos. Beck (2011) versa sobre as questões políticas na sociedade de risco, como um “vácuo político”, onde há uma intensificação das ameaças, contudo, elas não são convertidas politicamente em um conjunto de medidas preventivas, assim como não se sabem quais tipos e instituições políticas estariam em condições de adotá-las.

Os projetos sociais são apontados como alternativa para enfrentar os desafios relacionados à exclusão social, vulnerabilidade social, situações de violência e evasão escolar, cuja existência política, pedagógica e jurídica justifica-se pela melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes (FERRO, 2014; SILVA, 2015). Para consecução de seus objetivos sociais, são implementadas diferentes ações que abrangem a promoção da cidadania, educação, saúde, profissionalização, atividades artísticas e culturais, atividades esportivas, desenvolvimento comunitário, entre outras.

O discurso da proteção ganha destaque nos projetos sociais e também no ambiente escolar, relacionando-se a funções como “retirar as crianças da rua”, “protegê-las de situações de vulnerabilidade e risco social”, “protegê-las da criminalidade”. Neste sentido, o presente texto objetiva apresentar o relato parcial de uma pesquisa desenvolvida sobre as relações entre educação e proteção social. No estudo, desenvolvido em nível de mestrado, investigou-se o contexto e as relações de vulnerabilidade que caracterizam as crianças e adolescentes, considerando a definição na perspectiva dos profissionais. Trata-se de uma abordagem sociológica desenvolvida em um Projeto Social público. A ferramenta analítica utilizada para a interpretação dos dados foi o conceito de vulnerabilidade, definida como contextual e relacional, baseado nos estudos de Danilo Martuccelli (2017).

O Cenário da pesquisa

O projeto social estudado está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A região, considerada uma das maiores áreas de concentração populacional do Estado, apresenta como particularidade a procura pelo turismo de lazer nos municípios localizados próximo ao litoral, com um fluxo intenso de veranistas resultando um aumento substancial da população no período de verão. A economia do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) no Litoral apresenta grande participação no setor de serviços e da construção civil, em especial nos municípios que se constituem como centros de turismo sazonal, atraindo grande número de trabalhadores temporários e informais.

O Litoral Norte/RS apresenta baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda, apresentando, em relação ao primeiro, problemas no que se refere às taxas de matrícula na pré-escola e no ensino médio, bem como no desempenho dos alunos do ensino fundamental na Prova Brasil. Na saúde, as taxas de mortalidade por causas evitáveis e de mortalidade padronizada estão acima das médias estaduais e, na renda, a região possui o segundo menor PIB entre os 28 COREDEs. (COREDE Litoral, 2015).

O Projeto analisado, em funcionamento desde 2010, é ofertado para crianças e adolescentes de 8 a 17 anos. Promove a sociabilidade dos participantes, a partir da criação de situações em que se possa experimentar a construção, o respeito e as transformações de regras, desenvolvendo habilidades de argumentação e comunicação, estimulando a cooperação e experimentando formas éticas de resolução de conflitos. As atividades propostas são planejadas através da equipe do CRAS e monitores, ofertando 110 vagas para crianças e adolescentes no turno inverso ao escolar através de oficinas de dança, música, informática, marcenaria, esportes, artesanato e capoeira.

Durante o período da pesquisa, identificou-se a existência de condições para os

interessados no projeto, não descritos em chamamentos para as inscrições, mas observados durante o desenvolvimento do estudo. Apesar de não delimitar em seus objetivos sua destinação a “alunos vulneráveis”, observa-se a preferência ao público beneficiário do Programa Bolsa Família. Dessa forma, considera-se que o aluno se encontra em situação permanente ou transitória de risco social, uma vez que as condições econômicas podem inviabilizar o acesso a recursos materiais e/ou simbólicos que lhe garantam “dignidade de existir como ser social” (SILVA, 2015). Neste sentido, o projeto social pode ser entendido como um “serviço complementar” que busca promover algum tipo de acesso a direitos.

A definição dos alunos como vulneráveis

O projeto estudado vincula-se ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e propõe ao seu público dar continuidade aos grupos de convivência através dos serviços de oficinas, trabalhando com os objetivos e descrições específicas dos grupos característicos da Proteção Social Básica previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado a crianças e adolescentes. No campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco.

As expressões “vulneráveis”, “situação de risco” e “excluídos”, usuais no âmbito operacional das políticas, também são identificadas em documentos específicos do projeto. Porém, abordar o público como “excluídos” pode levar a cair em “armadilhas”, pela heterogeneidade do termo, “falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta sem dizer no que ela consiste nem de onde ela provém” (CASTEL, 2013, p. 31). De acordo com Ferro (2014), durante muito tempo, as políticas sociais utilizaram a compreensão do conceito de exclusão social. Mas, recentemente, passaram a dirigir-se às situações de risco e vulnerabilidade social. Neste estudo, adotamos o conceito de vulnerabilidade pela maior centralidade que ele tem adquirido nas pesquisas acadêmicas do que o conceito de exclusão, e pela abrangência do termo nas políticas sociais.

O conceito de vulnerabilidade se molda a diferentes situações (MARTUCCELLI, 2017). O público a quem são destinadas às ações do projeto social ultrapassa a seleção por critérios econômicos abrangendo as mais variadas relações de vulnerabilidade, englobando uma série de fatores culturais e sociais, associados a fenômenos de violência, questões relacionadas a gênero, raça, etnia, deficiência ou escolaridade.

As crianças e adolescentes inscritos no projeto através de uma ou mais condições são beneficiários do Programa Bolsa Família, indicados pela instituição escolar ou conselho tutelar, atendidos no CRAS e/ou por procura espontânea. Em visita exploratória a projeto, a primeira definição aos alunos foi justificada com ou por “problemas”.

Enquanto caminhávamos até a secretaria do projeto questionei sobre o número de alunos atendidos, a coordenadora respondeu: ‘o número de alunos por oficina é pequeno, cerca de cinco por oficina, porque tem muitos alunos com problemas’. Com objetivo de buscar informações mais detalhadas, perguntei que tipo de problemas. E ela continuou relatando: ‘são desde problemas físicos até psicológicos e familiares, todos precisam de atenção! Os alunos são da casa abrigo, vindos de bairros carentes, alunos que os pais têm algum tipo de problema’ (DIÁRIO DE CAMPO 2, 31/05/2017).

O trecho apresentado nos leva pensar que o público atendido em projetos sociais é aquele que precisa ter sua realidade alterada urgentemente. Há uma difusão da imagem da criança e do adolescente pobre, vítima do abandono familiar, da miséria, que precisa ser

“resgatado” de um “destino dramático” (THOMASSIM, 2010). De forma geral, nos discursos sobre os projetos de proteção às crianças e adolescentes, suas relações sociais (família, bairro, amigos) são consideradas como negativas, enquanto as relações proporcionadas nos projetos são um contraponto, quando experimentariam relações positivas. Nesse sentido, justificam a permanência das crianças e adolescente no projeto. No relato que segue, o monitor considera que são crianças que precisam de carinho e apoio.

Eles chegam aqui com vontade de conversar, nem tanto de fazer as atividades, e a gente vê que tem alguns com bastante necessidade de carinho e é o que tentamos passar para eles [...] Tem algumas crianças que não falavam antes, agora conversam sobre a família, sobre os problemas da família, bem complicados... A gente tem que dar apoio para eles, assim, vai sempre para além da oficina, a gente passa, não tem como não passar (MONITOR DE MARCENARIA).

Observa-se um potencial significativo no projeto social, mais do que ensinar uma atividade, o monitor se coloca à disposição de escuta de situações que ocorrem fora daquele ambiente, relacionando sua profissão e seu cotidiano com os participantes “para além da oficina”. Silva (2015) considera que, no contexto em que o público participante dos projetos sociais, o qual por vezes é submetido a privações de natureza econômica e cultural, tratar suas questões sociais com seriedade, significa lançar um olhar para os problemas dos alunos, buscando estratégias que os ajudem.

Durante as entrevistas realizadas com os monitores e monitoras das oficinas, questionávamos quem eram as crianças que participavam do projeto. E entre as respostas próximas as definições dos documentos, haviam características e ações para o preenchimento das vagas que contextualizavam o público atendido.

O projeto era feito para o público do Bolsa Família, mas sobrou vaga para outro tipo de população. Por ser gratuito, eu acredito que não seja só para um público determinado, tanto que a gente atende o pessoal da casa aberta (Centro de Assistência Psicossocial), da casa abrigo (Casa da Criança), atende um público bem diversificado (MONITORA DE DANÇA).

Para além do recorte de renda, percebe-se que as situações definidas como vulnerabilidade ou exclusão social possuem uma conotação tão abrangente que parece que toda criança e adolescente que participa de projeto social está em risco. Nesta lógica, há uma homogeneização da categoria “vulnerável”, a qual é utilizada tanto para indivíduos que residem em bairros periféricos, quanto às populações de baixa renda, representação esta que também é veiculada pelos meios de comunicação. Os projetos sociais tornam-se espaços de “redenção” e valorização do indivíduo, a fim de protegê-los.

Há um conjunto de ações desenvolvidas na proteção social básica que prevê a oferta de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme a identificação da vulnerabilidade apresentada. Na atualidade, há uma ampliação dos riscos de maneira que se reconhece, visibiliza e denuncia politicamente o processo que o vulnerabilizou. Neste sentido, há uma sensibilização maior com relação à ideia de “vítima”. A vulnerabilidade constituída através dos resultados de profundas transformações sociais e naturais, tornam-se pautas políticas.

As semânticas históricas da vulnerabilidade (MARTUCCELLI, 2017) são construídas pela intersecção de dois fatores: o sentido ético ou moral que lhe é dado ou não, e a função política que lhe é atribuída. No que tange a vulnerabilidade, há na contemporaneidade reflexos do período moderno, relacionados ao sentido político e a dimensão regulatória que a caracterizam. Com uma capacidade de controle dos fenômenos sociais e naturais, são as mudanças históricas no que concerne a vulnerabilidade, que produzem e induzem uma transformação na relação estabelecida com a vítima.

Como resultado de estratégia social, ninguém é vítima, mas dependendo do contexto e da relação, se afirma vítima. Em relato, o monitor de marcenaria afirma “todas estão no alvo”.

Olha a gente tem crianças do Bolsa Família, mas tem também crianças com um poder aquisitivo alto, não são crianças que podem ser consideradas como público-alvo para um projeto social, mas elas participam, entre aspas, esse público-alvo, porque todas estão no alvo, então a gente também atende outras crianças que têm vontade de aprender aquilo (MONITOR DE MARCENARIA).

Considerando que todas as crianças “estão no alvo”, o monitor de marcenaria atribuía a elas, no contexto em que estão inseridas, fragilidades. De forma geral, parte-se da ideia de que todas as crianças do projeto são vulneráveis por experimentarem situações como fazer parte de “famílias problemáticas”, viver em proximidade com a violência social e doméstica, conviver com a miséria e o desemprego, entre outras relações que os fragilizam.

Algumas considerações

A vulnerabilidade, em seu sentido mais amplo, consiste na “experiência de estar exposto a” (MARTUCCELLI, 2017, p. 126), esse nível de exposição relativo aos riscos, associa-se, também a aspectos estruturais, relacionais, econômicos, entre outros. Os riscos como consequência da modernidade, exigem intervenções políticas, porém, estas condicionam a vida das pessoas baseadas no exercício do poder, reproduzindo desigualdades quanto aos ricos. De acordo com Beck (2011, p. 56), “é justamente ao lidar com os riscos que se origina uma multiplicidade de novos conflitos e diferenciações”, assim, não há um controle total dos riscos.

Desta forma, a vulnerabilidade torna-se um “produto” das relações sociais. Logo, as condições de cada indivíduo estão relacionadas às relações específicas que os caracterizam, sendo visibilizados e denunciados politicamente os processos de vitimização, nos quais a vítima passa a ser reconhecida. Assim, esse reconhecimento torna-se estratégia que dá visibilidade aos projetos sociais. Entretanto, essa visibilidade pode causar apenas um impacto público, como observa Campos (2003, p. 184), com “a função de proclamar os bons sentimentos e dar ilusões de que os problemas estão sendo enfrentados de alguma forma”, não correspondendo ao impacto real das ações realizadas no projeto.

Por fim, percebe-se a vulnerabilidade relacionada a diferentes tipos de relações. As relações entre educação e proteção social, constituída no Projeto, evidenciam as consequências das transformações sociais, que determinam o maior ou menor grau de agravamento na qualidade de vida dos sujeitos. Desta forma, as sociedades buscam, de formas diferentes, “controlar” o entorno social, mesmo que não reduzam as desigualdades, visam proteger e reparar os “danos” dessas transformações. Assim, ao compreendermos o contexto investigado, constatamos a intensificação de processos formativos que integram outros processos sociais, utilizando-se de estratégias políticas, educativas e culturais. Assim, a partir da interlocução entre educação e proteção social, as relações sociais assumem a forma de relações pedagógicas.

Referências

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo, Editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004; Norma Operacional Básica NOB/SUA**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

CANÁRIO, R. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 47-78, jan./jun. 2004.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. **Desigualdade e a questão social**. p. 27-60. ed. PUC-SP, São Paulo, 2013.

COREDE Litoral. **Perfil Socioeconômico**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, Novembro, 2015. 47 p. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

DUBET, F. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos en la modernidad**. Gedisa, 2005.

FERRO, E. G. **O papel dos projetos sociais na vida de adolescentes em contextos potenciais de risco e processos de resiliência**. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista - UNESP. Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <<http://200.145.6.238/handle/11449/113835>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

MARTUCCELLI, D. Semánticas históricas de la vulnerabilidad. **Revista Estudios Sociales**, Bogotá, n. 59, p. 125-133, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/revestudsoc/581#text>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

SILVA, S. G. **Juventudes: o projeto social como um dos espaços para a construção de socialidade juvenil**. 2015, 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7338/1/000469644-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

THOMASSIM, L. E. C. **O “público-alvo” nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168844>>. Acesso em: 20 dez. 2018.